

XVIII

CIC

XI ENPOS
I MOSTRA CIENTÍFICA



Evoluir sem extinguir:
por uma ciência do devir



COLIGAÇÕES NAS ELEIÇÕES PARA A CÂMARA DE VEREADORES DE PELOTAS (1988-2008)*

LIMA, Rafael Nachtigall de¹; BARRETO, Alvaro Augusto de Borba²

¹ Aluno de graduação do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Bolsista PIBIC/CNPq, rafaelndelima@gmail.com.

² Professor do Instituto de Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas (ISP/UFPel), albarret.sul@terra.com.br.

1. INTRODUÇÃO

A legislação eleitoral brasileira permite que os partidos utilizem-se da coligação para concorrerem a cargos definidos pelo sistema proporcional. Quando isso acontece, embora não apareçam unidos no boletim de voto e o eleitor não vote diretamente em uma coligação, eles deixam de contar separadamente e, para efeito de distribuição de cadeiras, tornam-se um concorrente único, razão pela qual os votos são somados para essa legenda virtual. Vários autores têm destacado esta situação como uma distorção que modifica a representação política, prejudica a vontade do eleitor e colabora decisivamente para a fraqueza, inautenticidade e inorganicidade dessas instituições. (SOARES, 1964; OLIVEIRA, 1973; SOUZA, M. C. C., 1976; LIMA JÚNIOR, 1983; SANTOS, 1986, 1987; MAINWARING, 1991; TAVARES, 1992 e 1998) Contudo, poucos desses estudos avançaram para além das apreciações teóricas e buscaram demonstrar empiricamente o impacto causado pela coligação ou, como afirma SCHMITT (2005, p. 11), poucos devotaram ao tema alguma pesquisa sistemática, ainda que a questão tenha sido mencionada em inúmeros trabalhos.

2. METODOLOGIA (MATERIAL E MÉTODOS)

Esta é a proposta do trabalho, que promove um estudo de caso, centrado na utilização das coligações pelas legendas, nas eleições para a Câmara de Vereadores de Pelotas (RS), de 1988 a 2008, o que abarca todos os seis pleitos ocorridos no atual período pluripartidário em que a coligação estava autorizada.

O município de Pelotas possui, atualmente, cerca de 240 mil eleitores e constitui o terceiro maior colégio eleitoral do Rio Grande do Sul. A Câmara foi composta por 21 cadeiras desde o início da análise até o final da legislatura 2001-04, tendo agora 15 vagas, em função da mudança na composição dos legislativos municipais, realizada pela Justiça Eleitoral.

Os dados referentes aos pleitos de 1996 a 2008 foram obtidos no *site* do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, e aqueles relativos a 1988 e a

* O trabalho é parte do projeto de pesquisa "Impacto das coligações nas eleições municipais de Pelotas (RS) – 1988-2004", que conta com financiamento do CNPq (Edital 61/2005).

1992, no jornal “Diário Popular”. Informações completares foram buscadas em notícias da imprensa.

3 – RESULTADOS E DISCUSSÕES

O quadro 1 apresenta quantas vezes o partido disputou as eleições e, em quantas dessas, coligou. Observa-se que apenas três das 25 legendas consideradas não participaram de alianças: PST, Prona e PSol.¹ Em termos absolutos, o recorde é de: PP², PT, PCdoB e PL, com cinco participações em alianças. Na seqüência, aparecem: PFL-DEM³ e PSDB (quatro), PTB e PPS (três) PSB, PMDB, PV, PTdoB e PHS (duas). A destacar que o PDT, apesar de ter disputado todos os pleitos, coligou em apenas uma oportunidade, mesmo número apresentado por entidades com pouca presença nas eleições (PCB, PRN, PMN, PR, PRB, PSC, PTC e PTN). Em termos percentuais, sete partidos sempre coligaram, sendo que, desses, apenas PL (cinco) e PHS (duas) participaram de mais de uma disputa. Nesse sentido, deve-se destacar o índice de PP, PT e PCdoB, que coligaram em 83,3% dos seis pleitos disputados.

Quadro 1 – Número de eleições para a Câmara de Vereadores de Pelotas disputadas pelos partidos e de vezes em que optou por coligar, no período 1988-2008

Partido	Eleições disputadas	Participação coligado	Aproveitamento (%)
PCdoB	6	5	83,3
PT	6	5	83,3
PP	6	5	83,3
PFL-DEM	6	4	66,6
PSDB	6	4	66,6
PTB	6	3	50
PSB	6	2	33,3
PMDB	6	2	33,3
PDT	6	1	16,6
PL	5	5	100
PPS	5	3	60
PV	4	2	50
PTdoB	3	2	66,6
PRN	2	1	50
PMN	2	1	50
PHS	2	2	100
PRB	1	1	100
PR	1	1	100
PSC	1	1	100
PTC	1	1	100
PCB	1	1	100
PTN	1	1	100
PST	1	-	Zero
Prona	1	-	Zero
PSol	1	-	Zero

O quadro 2 discrimina as 20 coligações ocorridas no período, das quais participaram 22 diferentes legendas, nesse total incluídas as 14 que estiveram representadas ou garantiram representação na Câmara (PMDB, PP, PDT, PT, PFL-DEM, PL, PSB, PTB, PSDB, PCdoB, PTdoB, PPS, PRB) ou estiveram

¹ - Entretanto, eles só concorreram uma vez: as duas primeiras em 1992, e o PSol em 2008.

² - Utilizada como a uma única denominação para referenciar a entidade que, ao longo desse período, foi identificada também como: PDS, PPR e PPB.

³ - DEM, abreviatura de Democratas, é a nova denominação adotada pelo PFL.

representadas na Câmara (PCB⁴), mais: PRN, PV, PMN, PHS, PR, PTC, PTN e PSC, que nunca conquistaram vaga.

Quadro 2 – Coligações que disputaram as eleições para a Câmara de Vereadores de Pelotas, no período 1988-2008

1988	1992	1996	2000	2004	2008
PT PSB	PT PPS PSB	PT PPS PV	PT PCdoB	PT PL PCdoB	PMDB DEM
PP PL PFL PTB	PP PL	PTB PL	PP PL	PP PV	PP PTB PRB
PSDB PCB PCdoB	PMDB PSDB PCdoB	PDT PCdoB		PTdoB PMN PHS	PSDB PTC PTN PHS PSC PTdoB
	PFL PRN			PFL PSDB	PPS PR

No que tange ao número de participantes de uma única coligação, o recorde vai para a eleição de 2008, na qual seis legendas estiveram unidas (PSDB e mais cinco pequenos partidos: PTC, PTN, PHS, PSC e PTdoB, chamados na campanha de “emergentes”). Observa-se, também, a dinamicidade do fenômeno: apenas uma coligação se repetiu integralmente: a que reuniu PP e PL (1992 e 2000). Se for considerado o número de vezes em que os mesmos partidos estiveram vinculados, projetam-se: PP-PL, com três pleitos (os já citados, mais 1988); PT-PCdoB, PT-PSB, PT-PPS, PP-PTB, PL-PTB e PTdoB-PHS, todos com duas.

Quadro 3 – Número e nome de partidos diferentes com que as legendas estiveram coligadas, nas eleições para a Câmara de Vereadores de Pelotas, no período 1988-2008

Partido	N	Parceiros								
PSDB	9	PMDB	PFL	PCB	PCdoB	PTC	PTN	PHS	PTdoB	PSC
PCdoB	6	PL	PSDB	PMDB	PDT	PT	PCB			
PFL-DEM	6	PL	PP	PTB	PRN	PSDB	PMDB			
PHS	6	PTdoB	PMN	PSDB	PTC	PTN	PSC			
PTdoB	6	PMN	PHS	PSDB	PTC	PTN	PSC			
PT	5	PL	PSB	PV	PCdoB	PPS				
PL	5	PP	PFL	PTB	PCdoB	PT				
PP	5	PL	PFL	PTB	PV	PRB				
PTC	5	PSDB	PTN	PHS	PTdoB	PSC				
PTN	5	PSDB	PTC	PHS	PTdoB	PSC				
PSC	5	PSDB	PTC	PHS	PTdoB	PTN				
PTB	4	PL	PP	PFL	PRB					
PPS	4	PT	PSB	PV	PR					
PMDB	3	PCdoB	PSDB	DEM						
PV	3	PT	PPS	PP						
PSB	2	PT	PPS							

⁴ - Ele ganhou representação logo após ter sido legalizado, em 1985, a partir da migração de um vereador do PMDB, tendo permanecido na Câmara até 1986.

PCB	2	PCdoB	PSDB	
PRB	2	PTB	PP	
PMN	2	PTdoB	PHS	
PDT	1	PCdoB		
PRN	1	PFL		
PR	1	PSDB		

Na mesma medida, há uma profusão de partidos com os quais as legendas estiveram coligadas, como mostra o quadro 3. O PSDB lidera nesse quesito, tendo se unido a nove em seis pleitos, seguindo-se: PCdoB, PFL-DEM, PHS e PTdoB, com seis aliados diferentes.

4 - CONCLUSÕES

Essas informações indicam o caráter pragmático das coligações: mais do que projetos coletivos de governo, afinidades nacionais, estaduais ou locais, prevalece a lógica de buscar um ou mais parceiros que possam ser vantajosos em uma disputa específica. A consequência é o crescimento da possibilidade de que, no pleito seguinte, a aliança seja estabelecida com novo(s) parceiro(s), em função da mudança da perspectiva de qual(is) poderá(ão) ser mais rentável(is) para a consecução dos objetivos estabelecidos.

Ao contrário do que possa aludir o parágrafo precedente, isso não significa que as coligações sejam aleatórias, pois sempre submetidas ao desejo de maximizar oportunidades. Esta racionalidade não é absoluta: além de existirem diferentes perspectivas do que seja vantajoso, ela se modifica no tempo – o que LIMA JÚNIOR (1983) chama de “racionalidade política contextual”.

5 - REFERÊNCIAS

- DIÁRIO POPULAR. Pelotas. nov. 1982-nov. 2008.
- LIMA JÚNIOR, O B. 1983. *Partidos políticos brasileiros: a experiência federal e regional -1945/1964*. Rio de Janeiro, Graal.
- MAINWARING, S. 1991. Políticos, partidos e sistemas eleitorais. *Novos Estudos*. São Paulo, Cebrap (29), mar.
- OLIVEIRA, I. R. de. 1973. Notas sobre o comportamento das coligações eleitorais no Brasil (1950-1962). *Dados*. Rio de Janeiro, (10).
- SANTOS, W. G. dos. 1986. *Sessenta e quatro: anatomia da crise*. São Paulo/Rio de Janeiro, Vértice/luperj.
- _____. 1987. *Crise e castigo*. São Paulo/Rio de Janeiro, Vértice/luperj.
- SCHMITT, R. 2005. Os estudos sobre alianças e coligações eleitorais na Ciência Política brasileira In: KRAUSE, S. / SCHMITT, R. (Org.), *Partidos e coligações eleitorais no Brasil*. Rio de Janeiro/São Paulo, Fundação Konrad Adenauer/Unesp.
- SOARES, G. A. D. 1964. Alianças e coligações eleitorais: notas para uma teoria. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte (17), jul.
- SOUZA, M. do C. C. de. 1976. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964)*. São Paulo, Alfa-ômega.
- TAVARES, J. A. G. 1992. A Representação proporcional no Brasil, os seus críticos e a crítica aos seus críticos In: TRINDADE, H. (Org.), *Reforma eleitoral e representação política – Brasil anos 90*. Porto Alegre, UFRGS.
- _____. 1998. *Reforma política e retrocesso democrático*. Porto Alegre, Mercado Aberto.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL. Eleições. Resultados. 1992-2008. Disponível em: <http://www.tre-rs.gov.br/index.php?nodo=278>.